

# BANCO GM S.A

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE  
2022 E 2021



**CHEVROLET SERVIÇOS FINANCEIROS**  
AO SEU LADO EM TODOS OS CAMINHOS



**SERVIÇOS  
FINANCEIROS**

## Índice

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO.....	3
RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA.....	4
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	6

### Demonstrações Financeiras Individuais

BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	11
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO.....	13
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE.....	14
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	14
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	15

### Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	16
2. ELABORAÇÃO E PUBLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	16
3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS.....	20
4. DISPONIBILIDADES.....	26
5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	26
6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS.....	28
7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL.....	28
8. OUTROS ATIVOS E ATIVO FISCAL DIFERIDO.....	32
9. OUTROS ATIVOS – ANTECIPAÇÕES E ATIVOS NÃO FINANCEIROS À VENDA.....	33
10. PARTICIPAÇÃO EM CONTROLADAS NO PAÍS.....	34
11. DEPÓSITOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....	34
12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	35
13. OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS.....	39
14. OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS.....	39
15. PROVISÃO PARA RISCOS E OBRIGAÇÕES LEGAIS.....	39
16. RENDAS ANTECIPADAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO.....	41
17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	41
18. RENDAS COM OPERAÇÃO DE CRÉDITO.....	42
19. DESPESA DE PESSOAL.....	42
20. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS.....	43
21. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS.....	43
22. PROVISÕES E OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS.....	44
23. DESPESAS TRIBUTÁRIAS.....	44
24. PARTES RELACIONADAS.....	44
25. GERENCIAMENTO DE RISCO.....	47
26. ÍNDICE DE BASILEIA.....	50
27. OUTROS ASSUNTOS.....	50

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e as respectivas Demonstrações do Resultado, do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Os títulos e valores mobiliários estão apresentados conforme disposto na Circular BACEN nº 3.068/01, os quais não foram adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e que a Administração tem intenção e a capacidade de mantê-los até o vencimento e, portanto, foram classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento".

### Avaliação do Resultado

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, as operações de crédito e arrendamento mercantil atingiram o montante de R\$ 8.082 milhões (R\$ 7.174 milhões em 31 de dezembro de 2021). O Patrimônio Líquido atingiu R\$ 2.779 (R\$ 2.668 milhões em 31 de dezembro de 2021) e os Ativos totalizaram R\$ 10.840 milhões (R\$ 10.198 milhões em 31 de dezembro de 2021). O índice de Basileia em 31 de dezembro de 2022 foi de 34,20% (37,64% em 31 de dezembro de 2021).

### Gerenciamento de Riscos Corporativos

Em conformidade com nossas políticas internas, conjuntamente com as diretrizes estabelecidas pela nossa matriz em Fort Worth, Texas - USA, o Banco GM S.A., possui estrutura de gestão de riscos voltada para as melhores práticas internacionais e atendimento das exigências dos agentes reguladores locais. Neste sentido, o Banco conta com políticas de gerenciamento de riscos e procedimentos de controle e monitoramento contínuo, e de forma independente das áreas de negócio, permitindo o estabelecimento de uma cultura sólida de administração de riscos.

As informações sobre a estrutura de gerenciamento dos riscos encontram-se disponíveis em nosso portal [www.chevroletsf.com.br](http://www.chevroletsf.com.br), e são distribuídas ao público de relacionamento do Banco.

### Ouvidoria

Trata-se de um canal de comunicação entre o Banco e seus clientes, que tem por objetivo a busca contínua do aperfeiçoamento e melhoria dos produtos, serviços e atendimento oferecidos, em conformidade com as Resoluções CMN nº 4.860/20 e nº 4.859/20.

São Paulo, 16 de março de 2023.

A Administração.

## RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Em atendimento ao disposto no Art. 15, da Resolução CMN nº 4.910/21, divulgamos o resumo do relatório semestral do Comitê de Auditoria, juntamente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do conglomerado econômico-financeiro da Chevrolet Serviços Financeiros, composto por Banco GM S.A. e GMAC Administradora de Consórcios Ltda..

O período de referência do documento é o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

O Comitê de Auditoria foi instalado em 18 de fevereiro de 2011 por deliberação da Assembleia Geral dos Acionistas do Banco GM S.A. e atua como órgão único para a Chevrolet Serviços Financeiro.

As reuniões do Comitê de Auditoria com a auditoria independente, com a auditoria interna e com a diretoria da instituição ocorreram em 05 de dezembro de 2022 e em 16 de março de 2022, tendo o conteúdo de tais encontros devidamente formalizados em atas.

Na reunião de 16 de março de 2022, o Comitê de Auditoria avaliou as demonstrações financeiras e contábeis da data-base de 31 de dezembro de 2022 sem que se tenham registrado observações relevantes em relação a esses documentos.

Na ocasião, o Comitê de Auditoria também assumiu a responsabilidade pela avaliação do:

- Relatório semestral qualitativo e quantitativo referente às atividades desenvolvidas pela ouvidoria (data-base 31 de dezembro de 2022), conforme determinações da Resolução nº 4.860/20 do Conselho Monetário Nacional e da Resolução do Banco Central nº 28/2020.

Em termos de efetividade das auditorias independente e externa, o Comitê de Auditoria considera que os trabalhos foram desempenhados de maneira satisfatória, estando adequados à complexidade e ao porte da instituição.

Ao longo do exercício de 2022, o Comitê de Auditoria acompanhou a condução dos trabalhos realizados pela auditoria interna cumprindo o plano estabelecido para o exercício. A avaliação resultou positiva em termos de cobertura e de qualidade.

As recomendações feitas pelos auditores independentes e internos foram integralmente atendidas por meio de proposição de planos de ação corretivos, com designação de responsáveis pela(s) implementação(ões) e data de conclusão esperada.

Não houve, portanto, recomendação que não tenha sido acatada no período.

Por fim, os trabalhos das auditorias independente e interna não trouxeram ao conhecimento do Comitê de Auditoria a existência de riscos residuais que pudessem afetar a solidez e a continuidade da Chevrolet Serviços Financeiros.

Ao longo do exercício de 2022, não se identificaram instâncias que potencialmente afetassem a objetividade e a independências das equipes de auditoria.

No que se refere à avaliação da qualidade das demonstrações financeiras, o Comitê de Auditoria entendeu que os controles e procedimentos aplicados são eficazes e conferem transparência e confiabilidade às demonstrações financeiras da Chevrolet Serviços Financeiros, aprovando, sem ressalvas, as demonstrações financeiras do Banco GM S.A. e da GMAC Administradora de Consórcios Ltda. referentes à data-base de 31 de dezembro de 2022.

São Paulo, 16 de março de 2023.

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos  
Administradores e Acionistas do  
**Banco GM S.A.**

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco GM S.A. (“Banco”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco GM S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco.

#### 1. Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A diretoria exerce julgamento significativo para fins da determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de acordo com o determinado pela Resolução 2.682/99 do Banco Central do Brasil. Conforme divulgado na nota explicativa 7, em 31 de dezembro de 2022, o saldo bruto de operações de crédito é de R\$ 8.082.474 mil, para o qual foi constituída provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de R\$ 258.893 mil.

Consideramos essa área como significativa em função: (i) da relevância do saldo de operações de crédito, sujeitas à avaliação de perda; (ii) da situação econômica do País e do mercado em que os tomadores de crédito estão inseridos; (iii) do julgamento aplicado pela diretoria em relação à atribuição de “ratings” que determinam o nível de provisão mínimo individual por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; (iv) do processo de reconhecimento da receita de juros com as operações de crédito; entre outros.

##### *Como nossa auditoria conduziu o assunto*

Em nossos exames de auditoria consideramos o entendimento do processo estabelecido pela diretoria, bem como a realização de testes de controles relacionados com: (i) a originação das operações; (ii) a análise e aprovação de operações de crédito considerando os níveis de alçadas estabelecidas; (iii) atribuição de níveis de “rating” por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; (iv) atualização de informações dos tomadores de crédito; (v) reconhecimento de receitas de juros de operações em curso normal; (vi) suspensão do reconhecimento de receita sobre operações de crédito vencidas há mais de 59 dias; entre outros.

Nossos procedimentos de auditoria também incluíram a realização, para uma amostra de operações de crédito, de testes relativos a análise da documentação que consubstancia o nível de provisionamento determinado para os itens da amostra, recálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com base nos ratings atribuídos, confirmação da existência, por meio do arquivo de recebimento oriundo dos bancos correspondentes, recálculo do saldo em aberto na data-base do procedimento, além de testes de soma para confronto do total da base de dados com os registros contábeis e recálculo do total da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria, assim como a respectiva divulgação na nota explicativa 7, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

## 2. Divulgação e provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

Conforme mencionado na nota explicativa 15, o Banco é parte em diversos processos administrativos e judiciais envolvendo questões de naturezas trabalhistas, fiscais e cíveis, oriundos do curso ordinário de seus negócios. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de provisão para contingências prováveis é de R\$ 856.467 mil.

A atribuição do prognóstico de perda aos processos envolve elevado grau de subjetividade por parte dos assessores legais que patrocinam a defesa da lide, assim como por parte da diretoria do Banco, e levam em consideração, entre outros, aspectos relacionados a existência de jurisprudência, recorrência das demandas apresentadas e mensuração de eventuais desembolsos futuros.

Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação, definição do momento para o reconhecimento, mensuração e divulgações relacionadas aos riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, consideramos esse assunto relevante para o processo de auditoria.

### *Como nossa auditoria conduziu o assunto*

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a obtenção de cartas de confirmação, quanto aos processos em andamento, diretamente dos assessores jurídicos do Banco para 31 de dezembro de 2022 e confronto dos prognósticos de perda e montantes atribuídos com os controles operacionais e registros contábeis.

Analizamos as comunicações recebidas dos órgãos de fiscalização relacionadas a processos, autuações e discussões das quais o Banco é parte, e a suficiência das divulgações relacionadas às questões oriundas de contingências e das provisões registradas. Também avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pelo Banco sobre os riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, na nota explicativa 15 às demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos de auditoria executados sobre os riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e nos resultados obtidos, que estão consistentes com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis as probabilidades de perdas, as estimativas de valores, as provisões e divulgações preparadas pela diretoria, no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A diretoria do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras**

A diretoria é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

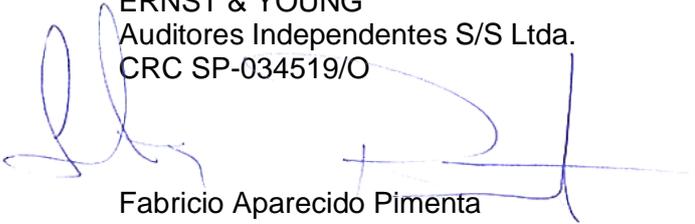
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 20 de março de 2023.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S/S Ltda.  
CRC SP-034519/O



Fabricio Aparecido Pimenta  
Contador CRC SP-241659/O

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	Dez/2022	Dez/2021 Reapresentado
<b>CIRCULANTE</b>		<b>4.881.278</b>	<b>4.653.417</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa		321.799	627.700
Disponibilidades	4	6	32
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5a	321.793	627.668
Instrumentos Financeiros		4.444.175	3.594.481
Títulos e Valores Mobiliários	5b	102.964	148.453
Operações de Crédito	7	4.438.439	3.572.038
Operações de Crédito - Setor Privado		4.047.876	3.294.801
Operações de Crédito - Vinculadas à Cessão		390.563	277.237
Operações de Arrendamento Mercantil	7	31.983	22.620
Operações de Arrendamento - Setor Privado		31.983	22.620
Provisões Para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	7h	(129.211)	(148.630)
(-) Operações de Crédito		(129.035)	(148.479)
(-) Operações de Arrendamento Mercantil		(176)	(151)
Outros Ativos		115.304	431.236
Diversos	8	42.825	421.418
Ativo Fiscal Corrente	8	61.097	5.027
Ativos Não Financeiros Mantidos à Venda	9a	7.407	1.590
Despesas Antecipadas	9b	3.975	3.201
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>		<b>5.185.117</b>	<b>4.674.453</b>
Instrumentos Financeiros		3.482.370	3.422.348
Operações de Crédito	7	3.586.596	3.555.782
Operações de Crédito - Setor Privado		3.581.468	3.517.546
Operações de Crédito - Vinculadas à Cessão		5.128	38.236
Operações de Arrendamento Mercantil	7	25.456	23.730
Operações de Arrendamento - Setor Privado		25.456	23.730
Provisões Para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	7h	(129.682)	(157.164)
(-) Operações de Crédito		(129.542)	(157.005)
(-) Operações de Arrendamento Mercantil		(140)	(159)
Outros Ativos		946.885	560.180
Diversos	8	946.885	559.867
Despesas Antecipadas	9b	-	313
Ativo Fiscal Diferido	8	755.862	691.925
<b>PERMANENTE</b>		<b>773.442</b>	<b>869.818</b>
Investimentos		758.714	856.688
Participações em Controladas no País	10	758.714	856.688
Imobilizado de Uso		14.728	13.130
Outras Imobilizações de Uso		32.148	26.826
(-) Depreciações Acumuladas		(17.420)	(13.696)
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>10.839.837</b>	<b>10.197.688</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## BALANÇOS PATRIMONIAIS - Continuação

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

PASSIVO	Nota	Dez/2022	Dez/2021 Reapresentado
<b>CIRCULANTE</b>		<b>3.017.998</b>	<b>3.552.239</b>
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros	11	2.728.795	3.067.353
Depósitos		1.538.560	2.206.606
Obrigações por Emissão de Letras Financeiras		1.190.235	860.747
Outras Obrigações		289.203	484.886
Obrigações Fiscais Correntes	14	42.196	52.226
Diversas	13	247.007	432.660
<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>		<b>5.042.500</b>	<b>3.976.965</b>
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros	11	3.649.511	2.834.702
Depósitos		686.223	964.156
Obrigações por Emissão de Letras Financeiras		2.963.288	1.870.546
Provisões	15a	856.467	844.746
Obrigações Fiscais Diferidas	14	219.833	210.181
Outras Obrigações		283.200	43.620
Diversas	13	283.200	43.620
Rendas Antecipadas de Operações de Crédito	16	33.489	43.716
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>2.779.339</b>	<b>2.668.484</b>
Capital	17a	2.416.479	2.416.479
De Domiciliados no País		2.416.470	2.416.470
De Domiciliados no Exterior		9	9
Reserva de Lucros	17c	362.860	252.005
<b>TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>10.839.837</b>	<b>10.197.688</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto o resultado líquido por ação)

	Nota	Dez/2022	Dez/2021 Reapresentado
RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		1.360.754	1.265.287
Operações de Crédito	18	1.256.682	1.205.567
Operações de Arrendamento Mercantil		38.805	25.198
Rendas com Aplicações Financeiras	5a	54.535	30.828
Rendas com Títulos e Valores Mobiliários	5c	10.732	3.694
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(1.054.627)	(656.596)
Operações de Captações no Mercado	11a	(716.132)	(321.505)
Operações de Arrendamento Mercantil		(32.462)	(22.580)
Operações de Vendas ou Transferência de Ativos Financeiros	7i	(36.589)	(25.867)
Provisões Para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(269.444)	(286.644)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		306.127	608.691
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(119.959)	(186.213)
Rendas de Prestação de Serviços		50.875	46.245
Rendas de Tarifas Bancárias		50.349	40.411
Despesas de Pessoal	19	(157.631)	(142.120)
Outras Despesas Administrativas	20	(289.271)	(263.269)
Despesas Tributárias	23	(32.405)	(40.214)
Resultado de Equivalência Patrimonial	10	150.506	107.810
Outras Receitas Operacionais	21	206.272	132.271
Despesas com Provisões	22	(47.314)	(20.662)
Outras Despesas Operacionais	22	(51.340)	(46.685)
RESULTADO OPERACIONAL		186.168	422.478
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		2.088	8.202
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		188.256	430.680
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	12a	30.841	(78.132)
Provisão para Tributos Correntes		(23.445)	(118.841)
Provisão para Tributos Diferidos		(9.652)	(4.177)
Ativo Fiscal Diferido		63.938	44.886
PARTICIPAÇÃO NO LUCRO		(38.989)	(30.074)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		180.108	322.474
Atribuível à Controladora		180.107	322.473
Atribuível aos Não Controladores		1	1
RESULTADO LÍQUIDO POR AÇÃO		0,16	0,28
Total de ações - 1.141.400.925			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	<u>Dez/2022</u>	<u>Dez/2021</u>
Resultado Líquido Do Período	180.108	322.474
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO</b>	<b>180.108</b>	<b>322.474</b>
Atribuível à Controladora	180.107	322.473
Atribuível aos Não Controladores	1	1

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>Capital Social</u>	<u>Reserva de Lucros</u>		<u>Lucros Acumulados</u>	<u>Total</u>
			<u>Legal</u>	<u>Outras</u>		
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		2.416.479	169.555	297.259	-	2.883.293
Resultado Líquido do Período		-	-	-	322.474	322.474
Destinação do Lucro:						
Reserva Legal		-	16.124	-	(16.124)	-
Reservas de Lucro		-	-	178.107	(178.107)	-
Juros Sobre Capital Próprio		-	-	-	(128.243)	(128.243)
Dividendos		-	-	(409.040)	-	(409.040)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		2.416.479	185.679	66.326	-	2.668.484
Mutações do Período		-	16.124	(230.933)	-	(214.809)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		2.416.479	185.679	66.326	-	2.668.484
Resultado Líquido do Período		-	-	-	180.108	180.108
Destinação do Lucro:						
Reserva Legal		-	9.005	-	(9.005)	-
Reservas de Lucro		-	-	101.850	(101.850)	-
Juros Sobre Capital Próprio		-	-	-	(69.253)	(69.253)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		2.416.479	194.684	168.176	-	2.779.339
Mutações do Período		-	9.005	101.850	-	110.855

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Nota	Dez/2022	Dez/2021 Reapresentado
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Resultado Líquido Ajustado		646.259	653.756
Resultado Líquido Do Período		180.108	322.474
Depreciações e Amortizações Imobilizado em Uso		4.557	4.471
Depreciações e Amortizações Imobilizado Arrendamento		22.850	15.000
Insuficiência (Superveniência) de Depreciação	3f	8.522	5.613
Outras Despesas de Arrendamento		1.089	1.968
Resultado na Alienação de Imobilizado de Uso		245	(254)
Resultado de Equivalência Patrimonial	10	(150.506)	(107.810)
Resultado na Alienação de Ativos Não Financeiros Mantidos à Venda		(2.160)	(7.304)
Provisão Para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	7g	269.444	286.644
Atualizações de Depósitos Judiciais em Garantia	21	(53.817)	(19.285)
Resultado com Títulos e Valores Mobiliários	5c	(10.732)	(3.694)
Juros apropriados de Depósitos		145.302	121.692
Juros apropriados de Obrigações por emissão de Letras Financeiras		359.872	42.835
Provisão para Riscos e Obrigações Legais	15b	35.328	13.120
Rendas Antecipadas de Operações de Crédito	16	(133.002)	(99.846)
Tributos Diferidos	12b	(54.286)	(40.709)
Provisão para Tributos Corrente	12b	23.445	118.841
Variação de Ativos e Obrigações		(1.070.070)	(1.814.327)
(Aumento) Redução de Títulos e Valores Mobiliários		56.221	-
(Aumento) Redução em Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil		(1.224.649)	1.069.552
(Aumento) Redução em Outros Ativos		31.839	105.801
(Aumento) Redução de Despesas Antecipadas		(461)	5.046
(Aumento) Redução em Ativos Não Financeiros Mantidos à Venda		(3.657)	7.848
Aumento (Redução) em Depósitos		(1.091.281)	(758.358)
Aumento (Redução) em Obrigações por emissão de Letras Financeiras		1.062.358	(1.588.833)
Aumento (Redução) em Outras Obrigações		61.414	(603.496)
Aumento (Redução) em Rendas Antecipadas		122.775	63.478
Alienação de Imobilizado de Arrendamento		(32.461)	(22.581)
Imposto de renda e Contribuição Social pagos		(52.168)	(92.784)
Caixa líquido proveniente (aplicado) das atividades operacionais		(423.811)	(1.160.571)
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>			
Alienação de Imobilizado de Uso		396	5.433
Aquisição de Imobilizado de Uso		(6.796)	(6.052)
Dividendos / Juros sobre o Capital Próprio Recebidos de Controladas		248.480	-
Caixa líquido proveniente (aplicado) nas atividades de investimento		242.080	(619)
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Juros sobre o Capital Próprio Pagos		(124.170)	(63.635)
Dividendos pagos		-	(409.040)
Caixa líquido proveniente (aplicado) nas atividades de financiamento		(124.170)	(472.675)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE (APLICADO) NAS ATIVIDADES		(305.901)	(1.633.865)
Caixa e equivalentes de caixa no início dos períodos		627.700	2.261.565
Caixa e equivalentes de caixa no final dos períodos		321.799	627.700
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(305.901)	(1.633.865)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco GM S.A., com sede administrativa na Avenida Indianópolis, nº 3.096, São Paulo-SP, Brasil, é uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”) a operar sob a forma de banco múltiplo, através das carteiras de crédito, financiamento, investimento e arrendamento mercantil. Suas atividades operacionais consistem, principalmente, no financiamento de veículos ao consumidor, no financiamento de peças e veículos e no empréstimo de capital de giro para as concessionárias da rede Chevrolet. Controlada diretamente pela General Motors Investment Participações Ltda., situada na Avenida Goiás, nº 1.805, São Caetano do Sul – SP, e, indiretamente, como controle final, pela General Motors Financial Company, Inc., situada em Fort Worth, Texas, Estados Unidos.

As operações são conduzidas no contexto do conjunto de empresas integrantes do Grupo Chevrolet Serviços Financeiros, as quais atuam integradamente no mercado financeiro, utilizando-se de uma mesma estrutura operacional. Os benefícios dos serviços prestados entre essas empresas e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, segundo a praticabilidade de lhes serem atribuídos.

### 2. ELABORAÇÃO E PUBLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, além das normas e instruções do Banco Central do Brasil – BACEN. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de relatório financeiro, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, porém a maioria não homologada pelo BACEN.

Adicionalmente, a partir de janeiro de 2021, as alterações advindas da Resolução CMN nº 4.818/20 e da Resolução BCB nº 02/20 foram incluídas, nas demonstrações contábeis. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards* (IFRS). As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do período imediatamente anterior e as demais as quais foram apresentadas; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente.

Dessa forma, o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN.

- a) CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21;
- b) CPC 02 (R2) – Efeito das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis – homologado pela Resolução CMN nº 4.524/16

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

- c) CPC 03 (R2) - Demonstrações do fluxo de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 4.818/20.
- d) CPC 04 (R1) – Ativo Intangível – homologado pela Resolução CMN nº 4.534/16
- e) CPC 05 (R1) - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 4.818/20.
- f) CPC 10 (R1) – Pagamento baseado em ações – homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
- g) CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro – homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21;
- h) CPC 24 – Evento Subsequente – homologado pela Resolução CMN nº 4.818/20.
- i) CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes homologados pela Resolução CMN nº 3.823/09;
- j) CPC 27 – Ativo Imobilizado homologado pela Resolução CMN nº 4.535/16;
- k) CPC 33 (R1) de Benefícios a empregados – homologado pela resolução CMN nº 4.877/20;
- l) CPC 41 Resultado por ação – homologado pela Resolução CMN nº 4.818/20;
- m) CPC 46 Mensuração do Valor Justo – homologado pela resolução CMN nº 4.924/21;
- n) CPC 47 Receita de contrato com cliente – homologado pela resolução CMN nº 4.924/21 (parcial);
- o) CPC 00 - Pronunciamento Conceitual Básico (R1) - Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21.

Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização deles será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria e autorizadas a serem divulgadas em 16 de março de 2023.

### Alterações na apresentação das Demonstrações Financeiras

Com o objetivo de melhorar a divulgação das informações contábeis aos usuários e para obter maior similaridade com as resoluções emitidas pelo Banco Central do Brasil e as classificações COSIF, o Banco optou por realizar alterações no modo em que são apresentadas as Demonstrações Financeiras, rerepresentando-as a partir de 30 de junho de 2022. As principais alterações realizadas foram no âmbito do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício, sendo as notas explicativas alteradas para espelharem as mudanças. Abaixo, rerepresentamos as peças citadas das Demonstrações Financeiras com a devida reconciliação de saldos, as quais podem ser identificadas através dos caracteres alfabéticos similares:

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

ATIVO	Dez/21		
	Anterior	Reclassificação	Atual
<b>CIRCULANTE</b>	<b>4.653.417</b>	<b>-</b>	<b>4.653.417</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	32	627.668	627.700
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-	627.668	627.668
a			
Instrumentos Financeiros	4.348.159	(753.678)	3.594.481
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	627.668	(627.668)	-
a			
Operações de Arrendamento Mercantil	-	22.620	22.620
Operações de Arrendamento – Setor Privado	-	22.620	22.620
b			
Provisões Para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	-	(148.630)	(148.630)
(-) Operações de Crédito	-	(148.479)	(148.479)
c			
(-) Operações de Arrendamento Mercantil	-	(151)	(151)
c			
Operações de Arrendamento Mercantil	22.620	(22.620)	-
Operações de Arrendamento – Setor Privado	22.620	(22.620)	-
b			
Outros Créditos	431.236	-	431.236
Diversos	426.445	(5.027)	421.418
d			
Ativo Fiscal Corrente	-	5.027	5.027
d			
Provisões Para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(148.630)	148.630	-
(-) Operações de Crédito	(148.479)	148.479	-
c			
(-) Operações de Arrendamento Mercantil	(151)	151	-
c			
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>4.674.453</b>	<b>-</b>	<b>4.674.453</b>
Instrumentos Financeiros	3.555.782	(133.434)	3.422.348
Operações de Arrendamento Mercantil	-	23.730	23.730
Operações de Arrendamento – Setor Privado	-	23.730	23.730
b			
Provisões Para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	-	(157.164)	(157.164)
(-) Operações de Crédito	-	(157.005)	(157.005)
c			
(-) Operações de Arrendamento Mercantil	-	(159)	(159)
c			
Operações de Arrendamento Mercantil	23.730	(23.730)	-
Operações de Arrendamento – Setor Privado	23.730	(23.730)	-
b			
Provisões Para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(157.164)	157.164	-
(-) Operações de Crédito	(157.005)	157.005	-
c			
(-) Operações de Arrendamento Mercantil	(159)	159	-
c			
<b>PERMANENTE</b>	<b>869.818</b>	<b>-</b>	<b>869.818</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>10.197.688</b>	<b>-</b>	<b>10.197.688</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

PASSIVO	Dez/21		
	Anterior	Reclassificação	Atual
<b>CIRCULANTE</b>	<b>3.896.227</b>	<b>(343.988)</b>	<b>3.552.239</b>
Outras Obrigações	816.150	(331.264)	484.886
Obrigações Fiscais Correntes	-	52.226	52.226 e
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados Fiscais e previdenciárias	7.052	(7.052)	- f
Fiscais e previdenciárias	376.438	(376.438)	- e / f / g / i
Provisões	6.642	(6.642)	- g
Obrigações Fiscais Diferidas	6.082	(6.082)	- h
<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>3.589.261</b>	<b>387.704</b>	<b>3.976.965</b>
Provisões	30.921	813.825	844.746 g
Obrigações Fiscais Diferidas	204.099	6.082	210.181 h
Outras Obrigações	519.539	(475.919)	43.620
Fiscais e previdenciárias	475.919	(475.919)	- g
Rendas Antecipadas de Operações de Crédito	-	43.716	43.716 j
<b>RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS</b>	<b>43.716</b>	<b>(43.716)</b>	<b>- j</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>2.668.484</b>	<b>-</b>	<b>2.668.484</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>10.197.688</b>	<b>-</b>	<b>10.197.688</b>

	Dez/21		
	Anterior	Reclassificação	Atual
<b>RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>1.320.155</b>	<b>(54.868)</b>	<b>1.265.287</b>
Operações de Crédito	1.260.303	(54.736)	1.205.567 a
Operações de Arrendamento Mercantil	25.330	(132)	25.198 a
Rendas com Aplicações Financeiras	-	30.828	30.828 b
Rendas com Títulos e Valores Mobiliários	34.522	(30.828)	3.694 b
<b>DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(651.216)</b>	<b>(5.380)</b>	<b>(656.596)</b>
Provisões Para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(281.264)	(5.380)	(286.644) c
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>668.939</b>	<b>(60.248)</b>	<b>608.691</b>
<b>OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>	<b>(246.461)</b>	<b>60.248</b>	<b>(186.213)</b>
Despesas de Pessoal	(140.356)	(1.764)	(142.120) d
Outras Despesas Administrativas	(261.284)	(1.985)	(263.269) e
Despesas Tributárias	(42.200)	1.986	(40.214) e
Outras Receitas Operacionais	77.404	54.867	132.271 a / c / d / f
Despesas com Provisões	-	(20.662)	(20.662) f
Outras Despesas Operacionais	(74.491)	27.806	(46.685) f
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>(78.132)</b>	<b>-</b>	<b>(78.132)</b>
Provisão para Tributos Correntes	-	(118.840)	(118.840) g
Provisão para Tributos Diferidos	-	(4.177)	(4.177) g
Provisão para Imposto de Renda	(59.320)	59.320	- g
Provisão para Contribuição Social	(59.521)	59.521	- g
Ativo Fiscal Diferido	40.709	4.176	44.885 g
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>322.474</b>	<b>-</b>	<b>322.474</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Dez/21		Atual
	Anterior	Reclassificação	
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Resultado Líquido Ajustado	729.493	(75.737)	653.756
Provisões Para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	281.265	5.379	286.644 a
Atualizações de Depósitos Judiciais em Garantia	(19.587)	302	(19.285) b
Tributos Diferidos	40.709	(81.418)	(40.709) c
Variação de ativos e obrigações,	(1.890.063)	75.736	(1.814.327)
(Aumento) Redução em Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil	1.074.932	(5.380)	1.069.552 a
(Aumento) Redução em Outros Créditos	24.685	81.116	105.801 b / c
Caixa líquido proveniente (aplicado) das atividades operacionais	(1.160.570)	(1)	(1.160.571)
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>			
Caixa líquido proveniente (aplicado) nas atividades de investimento	(619)	-	(619)
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Caixa líquido proveniente (aplicado) nas atividades de financiamento	(472.675)	-	(472.675)
<b>CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE (APLICADO) NAS ATIVIDADES</b>	<b>(1.633.864)</b>	<b>(1)</b>	<b>(1.633.865)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início dos períodos	2.261.565	-	2.261.565
Caixa e equivalentes de caixa no final dos períodos	627.701	(1)	627.700
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>(1.633.864)</b>	<b>(1)</b>	<b>(1.633.865)</b>

### 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis de avaliação dos elementos patrimoniais são as seguintes:

a) Uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor justo de determinados ativos e passivos financeiros; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (iii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes da provisão para perda esperada associada para risco de crédito e dos passivos contingentes e (iv) expectativa de realização do crédito tributário. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

### b) Caixa e equivalentes de caixa

Para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, o caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução CMN nº 4.818/20 e CPC 03, são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo original de vencimento de até 90 dias, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor de mercado.

### c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são demonstradas pelo custo de aquisição, acrescido de variações monetárias e juros contratados. Quando o valor de realização de um determinado ativo for inferior ao valor registrado contabilmente, é registrada provisão para ajuste deste ativo ao seu respectivo valor de realização.

### d) Ativo circulante e realizável a longo prazo

Os ativos circulantes e realizáveis em longo prazo são demonstrados pelos valores de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias “pro rata temporis” e cambiais incorridos, auferidos e ajustados ao valor justo ou de realização, quando este for aplicável.

### e) Instrumentos Financeiros

#### i. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários estão contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, sendo as aplicações em fundos de investimento atualizadas com base no valor da cota divulgado por seus respectivos administradores. Os títulos e valores mobiliários estão apresentados conforme disposto na Circular BACEN nº 3.068/01, os quais não foram adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e que a Administração tem intenção e a capacidade de mantê-los até o vencimento e, portanto, foram classificadas na categoria “títulos mantidos até o vencimento”.

#### ii. Operações de crédito

As operações de crédito estão apresentadas a valor presente em função da aplicação do regime de competência no reconhecimento das receitas de juros.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

### iii. Operações de arrendamento mercantil

As operações de arrendamento mercantil são contratadas de acordo com opção feita pela arrendatária, com cláusula de taxa de juros prefixada, tendo a arrendatária a opção contratual de compra do bem, renovação do arrendamento ou devolução ao término do contrato, e são apresentadas pelo valor presente, conforme Resolução BCB nº 02/20. Os valores residuais garantidos das operações de arrendamento mercantil, que representam as opções de compra a vencer, bem como os respectivos ajustes monetários, são registrados na rubrica “Valores residuais a realizar”, tendo como contrapartida a rubrica “Valores residuais a balancear”, ambos no subgrupo de arrendamentos a receber.

### iv. Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros

Conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.533/08, a partir de 1º de janeiro de 2009, os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais ao fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou quando ocorrer a venda ou a transferência deste ativo financeiro.

A venda ou a transferência de um ativo financeiro deve ser classificada nas seguintes categorias:

- Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios: o cedente transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (i) venda incondicional do ativo financeiro; (ii) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de recompra pelo valor justo desse ativo no momento da recompra; e (iii) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo semestre seja improvável de ocorrer;
- Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios: o cedente retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (i) venda do ativo financeiro em conjunto com compromisso de recompra do mesmo ativo a preço fixo ou o preço de venda adicionado de quaisquer rendimentos; (ii) contratos de empréstimo de títulos e valores mobiliários; (iii) venda do ativo financeiro em conjunto com contrato de swap de taxa de retorno total que transfira a exposição ao risco de mercado de volta ao cedente; (iv) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja provável de ocorrer; e (v) venda de recebíveis para os quais o vendedor ou o cedente garanta por qualquer forma compensar o comprador ou o cessionário pelas perdas de crédito que venham a ocorrer, ou cuja venda tenha ocorrido em conjunto com a aquisição de cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) comprador; e
- Operações sem transferência ou retenção substancial dos riscos e benefícios: devem ser classificadas as operações em que o cedente não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

O registro contábil da venda ou transferência de ativos financeiros classificados na categoria operações com retenção substancial de riscos e benefícios é realizado da seguinte maneira: (i) o ativo financeiro, objeto da venda ou transferência permanece, na sua totalidade, registrado no ativo; (ii) os valores recebidos na operação são registrados no ativo em contrapartida com o passivo referente à obrigação assumida; (iii) as receitas e despesas são apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação, mensalmente.

### v. Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros

As provisões para perdas esperadas associadas ao Risco de Crédito das operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos são fundamentadas na análise das operações em aberto, efetuada pela Administração, para concluir quanto ao valor adequado, e levam em conta a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais da carteira, bem como as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.682/99.

A carteira de crédito, contemplando as operações de crédito, de arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos pelo CMN, que requer a análise da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 14 dias como operações em curso anormal. Para as operações contratadas com clientes cuja responsabilidade total seja de valor superior a R\$ 50.000,00 é efetuada a avaliação por cliente das perdas prováveis associadas ao risco de crédito.

As rendas das operações de crédito deixam de ser apropriadas para resultado enquanto as operações apresentarem atraso superior a 59 dias.

As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como nível H. Os eventuais ganhos provenientes de renegociação de contrato em atraso acima de 59 dias ou em prejuízo são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

### f) Ativo permanente

É demonstrado ao custo, combinado com os seguintes aspectos:

- Participação em sociedades controladas, avaliada pelo método de equivalência patrimonial.
- Depreciação do imobilizado calculada pelo método linear com base nas seguintes taxas anuais: sistema de processamento de dados e transportes - 20% e demais contas - 10%.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

- O Banco, visando atender ao regime de competência, constituiu no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, insuficiência de depreciação no montante de R\$ 8.522 (R\$5.613 em 31 de dezembro de 2021), classificada em despesa de arrendamento mercantil, e apresentava insuficiência de depreciação em 31 de dezembro de 2022 de 18.822 R\$ (R\$19.091 em 31 de dezembro de 2021), classificada no imobilizado de arrendamento, equivalente ao ajuste do efetivo valor presente dos fluxos futuros da carteira de arrendamento mercantil, com base nas taxas implícitas de retorno de cada operação, conforme Circular BACEN nº 1.429/89, Pronunciamento Técnico CPC 27 e Resolução CMN nº 4.535/16.

### g) Redução ao valor recuperável dos ativos

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC - 01, aprovado pela Resolução CMN nº 4.924/21, é reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

### h) Passivo circulante e exigível a longo prazo

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias "*pro rata temporis*" e cambiais incorridos.

### i) Provisões, ativos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos contingentes e obrigações legais estão sendo efetuados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, baseadas nos critérios definidos na Instrução Normativa BCB nº 319/2022 e na Resolução CMN nº 3.823/09 que aprova o Pronunciamento Técnico CPC-25.

- Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- Provisões para riscos - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.
- Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação.
- Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

- Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

### j) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda - IRPJ é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$240 no ano (R\$120 no semestre). A provisão para contribuição social - CSLL é constituída à alíquota de 20% sobre o lucro real. É também constituída provisão para imposto de renda diferido sobre a superveniência de depreciação, as receitas de atualização dos depósitos judiciais, e créditos tributários de IRPJ e a CSLL diferidos sobre diferenças fiscais temporárias e prejuízos fiscais, com base nas alíquotas vigentes.

### k) Partes Relacionadas

A divulgação de informações sobre as partes relacionadas é efetuada em consonância à Resolução CMN nº 4.818/20, que determinou a adoção do Pronunciamento Técnico – CPC 05, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referente à divulgação de informações sobre as partes relacionadas.

### l) Mensuração a valor justo

A metodologia aplicada para mensuração do valor justo em ativos e passivos financeiros, quando aplicável é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, dados divulgados pelas diversas associações de classe, o valor das cotas de fundos de investimento divulgados pelos seus administradores, bolsas de valores e bolsas de mercadorias e de futuros, aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

### m) Apuração de resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "*pro rata temporis*" para aquelas de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial. As rendas de operações de crédito e arrendamento mercantil vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações de arrendamento mercantil são apuradas pelo regime de competência e segundo a Portaria Ministério da Fazenda nº 140/84, que considera:

- As receitas de arrendamento mercantil são calculadas e apropriadas mensalmente pela exigibilidade das contraprestações no ano.
- O ajuste do valor presente das operações de arrendamento mercantil.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

### n) Resultado não Recorrente

De acordo com os critérios estabelecidos na Resolução BCB nº 2/2020, a instituição deve evidenciar em nota explicativa, a natureza e origem ao resultado não recorrente, que não esteja previsto para ocorrer com frequência nos períodos futuros e que não estejam relacionados com as atividades típicas da instituição.

## 4. DISPONIBILIDADES

Disponibilidades de caixa incluídos na demonstração dos fluxos de caixa compreendem:

	Dez/2022	Dez/2021
Disponibilidades em Moeda Nacional	2	15
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	4	17
<b>Total</b>	<b>6</b>	<b>32</b>

## 5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

- a) As aplicações interfinanceiras de liquidez, em 31 de dezembro de 2022, apresentavam montantes de R\$ 321.793 (R\$ 627.668 em 31 de dezembro 2021), e que estavam representadas por operações compromissadas prefixadas, lastreadas em Letras do Tesouro Nacional (LTN) e Notas do Tesouro Nacional (NTN). No exercício foi apropriada ao resultado receita no montante de R\$ 54.535 (R\$ 30.828 em 31 de dezembro de 2021).

	Dez/2022	Dez/2021
Aplicação de Mercado Aberto - LTN	101.757	477.671
Aplicação de Mercado Aberto - NTN	220.036	149.997
<b>Total</b>	<b>321.793</b>	<b>627.668</b>

- b) Valor justo dos Instrumentos Financeiros – Títulos e Valores Mobiliários

O Banco utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2: preços cotados em mercado ativo para ativos ou passivos similares ou baseado em outro método de valorização nos quais todos os inputs significativos são baseados em dados observáveis do mercado; e
- Nível 3: técnicas de valorização nas quais os inputs significativos não são baseados em dados observáveis do mercado para o ativo ou o passivo.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

Ativos Financeiros Mantidos Até o Vencimento	Dez/2022			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos Privados				
Cotas de Fundo de Investimento	-	102.964	-	102.964
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>102.964</b>	<b>-</b>	<b>102.964</b>

Ativos Financeiros Mantidos Para Negociação	Dez/2021			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos Privados				
Cotas de Fundo de Investimento	-	148.453	-	148.453
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>148.453</b>	<b>-</b>	<b>148.453</b>

- c) Os Títulos e Valores Mobiliários estavam representados por investimentos em cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("FIDC") – Banco GM Financiamento a Concessionárias, cujo saldo, em 31 de dezembro de 2022, era de R\$ 102.964 (R\$148.453 em 31 de dezembro de 2021). No período foi apropriada ao resultado receita no montante de R\$ 10.732 (R\$ 3.694 em 31 de dezembro de 2021).

O Fundo, administrado pela a Santander Caceis Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e gerido pela Cultinvest Asset Management Ltda., iniciou suas operações em 10 de novembro de 2009, com prazo determinado de duração de 50 anos contados a partir da primeira data de emissão ou data em que a última série de Cotas Seniores for integralmente resgatada, o que ocorrer primeiro. O Fundo foi constituído sob a forma de condomínio fechado destinado a investidores qualificados nos termos da regulamentação em vigor, tendo por objetivo proporcionar aos cotistas a valorização de suas cotas por meio da aplicação preponderante dos recursos na aquisição de direitos creditórios do segmento financeiro, celebrados entre o Banco e seus clientes, sendo esses direitos creditórios oriundos de financiamento de veículos.

O FIDC busca, mas não garante, atingir rentabilidade no médio e longo prazo, equivalente à taxa DI mais 0,470% a.a. para cotas seniores. Não existem atualmente cotas mezanino. As cotas subordinadas não possuem rentabilidade alvo, estando sua valorização condicionada à rentabilidade líquida do Fundo, já que se desconta a remuneração das outras classes de quotas.

### Participação no patrimônio líquido do FIDC:

Em conformidade com o artigo 24, inciso XV, da Instrução CVM nº 356, com redação dada pela Instrução CVM nº 393, o FIDC deve manter relação mínima entre o valor das cotas seniores e o de seu patrimônio líquido, sendo que esta relação será apurada diariamente e acessível aos cotistas mensalmente. O Banco é o detentor da totalidade das cotas subordinadas do FIDC, sendo as cotas seniores pertencentes a investidores qualificados.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

As relações mínimas entre o valor das cotas seniores e subordinadas em relação ao patrimônio líquido do FIDC, quais sejam:

	% em relação ao patrimônio líquido (a)
Cotas seniores	Máximo de 75%
Cotas subordinadas (i)	Mínimo de 25%

(i) Conforme o Regulamento do Fundo o somatório das cotas mezanino, se houver, e das subordinadas deverá ser equivalente a no mínimo 25% do patrimônio líquido do Fundo.

Natureza do envolvimento do Banco com o FIDC e tipo de exposição a perdas, se houver, decorrentes desse envolvimento:

A verificação do enquadramento dos direitos creditórios às condições de cessão é, na forma do contrato de cessão, de responsabilidade exclusiva do Banco, sem prejuízo do direito do cessionário, FIDC, diretamente ou por intermédio de terceiros.

Avais, fianças, hipotecas ou outras garantias concedidas em favor do FIDC:

O Banco não ofereceu qualquer tipo de aval, fiança, hipoteca ou outras garantias em favor do FIDC ou de seus cotistas.

## 6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o Banco não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

## 7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL

a) Composição da carteira de crédito e arrendamento mercantil, por tipo de operação:

Operações de Crédito	Dez/2022	Dez/2021
Empréstimos	87.985	66.848
Financiamentos	7.541.359	6.745.499
Financiamentos Cedidos com Retenção Substancial de Riscos e Benefícios (i)	395.691	315.473
Operações de Arrendamento Mercantil	57.439	46.350
<b>Total</b>	<b>8.082.474</b>	<b>7.174.170</b>

(i) Devido à retenção substancial de riscos, um passivo é reconhecido em contrapartida ao ativo (nota 13).

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

b) Composição do valor presente dos contratos de arrendamento mercantil:

Operações de Arrendamento	Dez/2022	Dez/2021
Arrendamentos a Receber	65.640	53.885
Rendas a Apropriar	(65.374)	(53.656)
Valores Residuais a Apropriar	550	454
Valores Residuais a Balancear	(550)	(454)
Imobilizado de Arrendamento	57.712	46.476
Valor Residual Antecipado	(539)	(355)
<b>Total</b>	<b>57.439</b>	<b>46.350</b>

c) Composição da carteira de crédito e arrendamento mercantil, por atividade econômica:

Setor Privado	Dez/2022		Dez/2021	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
Pessoa Física	5.879.294	72,7%	6.123.059	85,3%
Outros Serviços	1.517.801	18,8%	606.342	8,5%
Comércio	677.812	8,4%	437.361	6,1%
Indústria	7.567	0,1%	7.408	0,1%
<b>Total</b>	<b>8.082.474</b>	<b>100,0%</b>	<b>7.174.170</b>	<b>100,0%</b>

d) Composição da carteira de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos, por prazo de vencimento:

Parcela Vencida	Dez/2022		Dez/2021	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
Até 60 Dias	48.891	0,6%	48.607	0,7%
De 61 a 180 Dias	20.644	0,3%	27.457	0,4%
De 181 a 360 Dias	10.552	0,1%	11.860	0,2%
<b>Total de Parcelas Vencidas</b>	<b>80.087</b>	<b>1,0%</b>	<b>87.924</b>	<b>1,3%</b>
<b>SParcela a Vencer</b>				
Até 180 dias	2.926.595	36,2%	2.091.310	29,8%
De 181 a 360 Dias	1.463.740	18,1%	1.415.424	19,5%
Acima de 360 Dias	3.612.052	44,7%	3.579.512	49,4%
<b>Total de Parcelas a Vencer</b>	<b>8.002.387</b>	<b>99,0%</b>	<b>7.086.246</b>	<b>98,7%</b>
<b>Total</b>	<b>8.082.474</b>	<b>100,0%</b>	<b>7.174.170</b>	<b>100,0%</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

e) Concentração do risco de crédito:

Parcela Vencida	Dez/2022		Dez/2021	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
Maior Devedor	99.277	1,2%	38.430	0,4%
10 Maiores Seguintes	333.230	4,1%	176.098	2,5%
50 Devedores Seguintes	674.313	8,3%	276.742	3,9%
100 Devedores Seguintes	529.062	6,5%	185.760	2,6%
Demais Devedores	6.446.592	79,9%	6.497.140	90,6%
<b>Total</b>	<b>8.082.474</b>	<b>100,0%</b>	<b>7.174.170</b>	<b>100,0%</b>

f) Composição da carteira por indexadores:

Parcela Vencida	Dez/2022		Dez/2021	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
Prefixado	6.770.112	83,8%	6.693.326	93,3%
Pós-fixado	1.312.362	16,2%	480.844	6,7%
<b>Total</b>	<b>8.082.474</b>	<b>100,0%</b>	<b>7.174.170</b>	<b>100,0%</b>

g) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:

	Contratos em Carteira	Contratos em Carteira Cedidos	Total
Saldo no Início de janeiro de 2022	302.829	2.965	305.794
Constituição / (Reversão) de Provisões	268.039	1.405	269.444
Baixas	(316.345)	-	(316.345)
Saldo no Final de dezembro de 2022	254.523	4.370	258.893
Saldo no Início de janeiro de 2021	243.046	7.625	250.671
Constituição / (Reversão) de Provisões	291.304	(4.660)	286.644
Baixas	(231.521)	-	(231.521)
Saldo no Final de dezembro de 2021	302.829	2.965	305.794

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

- h) Composição da carteira de operações de crédito, arrendamento mercantil, outros créditos, e correspondente provisão para perda esperada associada para risco de crédito referente aos contratos não cedidos e contratos cedidos:

Nível de Risco	Taxa de Provisão (%)	Dez/2022		Dez/2021	
		Total de Operações	Provisão Constituída	Total de Operações	Provisão Constituída
AA	0,00%	90.796	-	33.648	-
A	0,50%	5.399.601	26.998	4.925.523	24.628
B	1,00%	957.411	9.574	521.384	5.214
C	3,00%	1.061.335	31.840	1.060.609	31.818
D	10,00%	329.756	32.976	335.663	33.566
E	30,00%	96.083	28.825	86.917	26.075
F	50,00%	28.117	14.059	37.287	18.644
G	70,00%	15.848	11.094	24.302	17.012
H	100,00%	103.527	103.527	148.837	148.837
<b>Total</b>		<b>8.082.474</b>	<b>258.893</b>	<b>7.174.170</b>	<b>305.794</b>

- i) Cessão de crédito:

	Dez/2022	Dez/2021
<b>Valor Presente de Contratos Cedidos Pela Taxa Original</b>	<b>1.241</b>	<b>(1.452)</b>
Operações de Crédito FIDC	362.514	176.516
Obrigações Por Operações Cedidas (nota 13)	(357.092)	(175.789)
Provisão para Perdas Esperadas	(4.181)	(2.179)
<b>Valor Presente de Contratos Cedidos a Outras Instituições</b>	<b>(2.251)</b>	<b>(12.048)</b>
Operações de Crédito Outras Instituições	33.177	138.957
Obrigações Por Operações Cedidas (nota 13)	(35.239)	(150.219)
Provisão para Perdas Esperadas	(189)	(786)
<b>Total</b>	<b>(1.010)</b>	<b>(13.500)</b>
	<b>Dez/2022</b>	<b>Dez/2021</b>
<b>Operações de Financiamento Cedidas</b>	<b>2.960.880</b>	<b>1.778.103</b>
Operações Cedidas de FIDC	2.924.587	1.620.321
Operações Cedidas a Outras Instituições	36.293	157.782
	<b>Dez/2022</b>	<b>Dez/2021</b>
<b>Despesas Apropriadas por Operações de Financiamento Cedidas</b>	<b>36.589</b>	<b>25.867</b>
Despesas de Operações Cedidas de FIDC	4.925	19.288
Despesas de Operações Cedidas a Outras Instituições	31.664	6.579

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

j) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com operações cedidas:

Nível de Risco	Taxa de Provisão	Dez/2022		Dez/2021	
		Total de Operações	Provisão Constituída	Total de Operações	Provisão Constituída
AA	0,00%	19.638	-	5.471	-
A	0,50%	233.375	1.168	215.857	1.079
B	1,00%	64.319	643	48.799	488
C	3,00%	75.393	2.262	44.989	1.350
D	10,00%	2.962	296	343	34
E	30,00%	4	1	-	-
F	50,00%	-	-	-	-
H	100,00%	-	-	14	14
<b>Total</b>		<b>395.691</b>	<b>4.370</b>	<b>315.473</b>	<b>2.965</b>

k) A área de Riscos Corporativos é responsável por monitorar e avaliar o nível de exposição a risco de mercado das carteiras por meio do acompanhamento do IRRBB (*Interest Rate Risk of the Banking Book*), avaliando o impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição. A Chevrolet Serviços Financeiros mensura o IRRBB utilizando a abordagem padronizada definida pelo Banco Central, conforme Circular 3.876/2018. Esta norma estabelece o cálculo de duas principais métricas,  $\Delta$ EVE e  $\Delta$ NII, que objetivam avaliar, por meio da análise de sensibilidade, os impactos de mudanças nas taxas de juros futuras no valor de mercado e no resultado da carteira detida pela Instituição, respectivamente. Os cenários padronizados avaliados consideram a aplicação dos seguintes choques paralelos: (I) aumento de 4 (quatro) pontos percentuais e (II) redução de 4 (quatro) pontos percentuais nas taxas de juros futuras para todo horizonte de análise. As avaliações são realizadas como parte das rotinas de gestão que objetivam manter o risco de mercado da Chevrolet Serviços Financeiros em níveis compatíveis com a sua estrutura, estratégia e apetite a risco, mesmo em situações de *stress*.

## 8. OUTROS ATIVOS E ATIVO FISCAL DIFERIDO

	Dez/2022	Dez/2021
Créditos Tributários - IR e CS (nota 12c)	755.862	691.925
Depósitos Judiciais (i)	946.885	950.769
Devedores Diversos - País (ii)	14.986	10.203
Impostos a Recuperar (iii)	61.097	5.027
Valores a Receber de Sociedades Ligadas (nota 24e) (iv)	26.491	18.842
Adiantamentos e Antecipações Salariais	1.224	1.339
Outros	124	132
<b>Total</b>	<b>1.806.669</b>	<b>1.678.237</b>
Ativo Circulante	103.922	426.445
Ativo Não Circulante	1.702.747	1.251.792

(i) Refere-se, principalmente, aos depósitos efetuados em ações judiciais (Mandados de Segurança e Ações Anulatórias) para suspender a exigibilidade de tributos que se encontram sob discussão e outros processos judiciais. Os principais tributos depositados judicialmente são Contribuição Social

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

- sobre o Lucro Líquido - CSLL, Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ, Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS, Imposto Sobre Serviços - ISS, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE, os quais estão provisionados nas rubricas "Provisões" (nota 15). Os depósitos judiciais e as respectivas provisões para riscos e obrigações legais são corrigidos pelos índices e taxas a que estão sujeitos afetando os respectivos grupos de outras receitas e despesas operacionais (notas 21 e 22, respectivamente).
- (ii) Representados, principalmente, por valores transferidos de operações de crédito para outros créditos, decorrentes dos avisos de recebimentos de parcelas de financiamento CDC, "Floor Plan" e Leasing, creditados em conta corrente no primeiro dia útil subsequente, no montante de R\$ 14.986 (R\$ 10.203 em 31 de dezembro de 2021).
  - (iii) Refere-se substancialmente a crédito de Imposto de Renda de anos anteriores no montante de R\$ 5.565 (R\$ 5.018 em 31 de dezembro de 2021) e antecipação de IRPJ e CSLL do ano corrente que juntos somam R\$ 47.267.
  - (iv) Refere-se, principalmente, a valor a receber de financiamento da modalidade de "Floor Plan" e CDC junto à General Motors do Brasil no valor de R\$ 18.521 (R\$11.393 em 31 de dezembro de 2021) e a reembolso de despesas administrativas General Motors Financial Inc. no valor de R\$ 2.643 (R\$ 2.483 em 31 de dezembro de 2021).

### 9. OUTROS ATIVOS – ANTECIPAÇÕES E ATIVOS NÃO FINANCEIROS À VENDA

#### a) Ativos não financeiros mantidos à venda

Os bens retomados são registrados no ativo circulante, deduzidos quando aplicável, de provisão para desvalorização, quantificada com base no valor justo dos respectivos bens.

	Dez/2022	Dez/2021
Bens Não de Uso Próprio	10.882	4.540
Provisão Para Redução ao Valor Recuperável	(3.475)	(2.950)
<b>Total</b>	<b>7.407</b>	<b>1.590</b>

#### b) Despesas antecipadas:

	Dez/2022	Dez/2021
Operações Securitizadas (i)	2.385	764
Operações de Captações Acordados com Corretoras (ii)	622	1.682
Outras Despesas Antecipadas	968	1.068
<b>Total</b>	<b>3.975</b>	<b>3.514</b>

- (i) Refere-se às tarifas de registro de boleto de operações securitizadas com instituições financeiras.
- (ii) Refere-se ao custo das operações de captações acordados com as corretoras.

Foram apropriadas ao resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, despesas no montante de R\$ 22.302 (R\$ 26.538 em 31 de dezembro de 2021), na rubrica "Outras Despesas Administrativas" (nota 20).

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

### 10. PARTICIPAÇÃO EM CONTROLADAS NO PAÍS

	dez/2022		dez/2021	
	GMAC Adm. de Consórcios Ltda.	GMACI Corretora de Seguros Ltda.	GMAC Adm. de Consórcios Ltda.	GMACI Corretora de Seguros Ltda.
<b>Dados das Controladas</b>				
Patrimônio Líquido antes da apuração de resultado	628.591	228.120	565.425	183.473
Resultado Líquido do Período	99.906	50.606	63.167	44.648
Dividendos Distribuídos	-	248.505	-	-
Participação no Capital	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
<b>Movimentação dos Investimentos</b>				
Saldo Inicial do Período	628.591	228.097	565.424	183.454
Resultado de Equivalência Patrimonial	99.906	50.600	63.167	44.643
Dividendos Distribuídos	-	(248.480)	-	-
Saldo Final do Período	728.497	30.217	628.591	228.097

### 11. DEPÓSITOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

	Dez/2022	Dez/2021
Depósitos Interfinanceiros	524.868	307.613
Depósitos a Prazo	1.699.915	2.863.149
Letras Financeiras	4.153.523	2.731.293
<b>Total</b>	<b>6.378.306</b>	<b>5.902.055</b>
Passivo Circulante	2.728.795	3.067.353
Passivo Não Circulante	3.649.511	2.834.702
	<b>6.378.306</b>	<b>5.902.055</b>

As captações são representadas por Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI, Certificados de Depósitos Bancários - CDB, Depósito a Prazo com Garantia Especial - DPGE, Letra Financeira - LF e Letra Financeira Garantida - LFG com vencimentos até setembro de 2026, sujeitos a encargos financeiros prefixados entre 4,85% e 14,06% ao ano no montante de R\$ 666.392 (R\$ 639.758 em 31 de dezembro 2021) e captações pós-fixadas atreladas a percentual da variação do DI, entre 95% e 140%, no montante de R\$ 5.711.914 (R\$ 5.262.297 em 31 de dezembro de 2021).

a) Foram apropriadas para o resultado as seguintes despesas de captações:

	Dez/2022	Dez/2021
Certificados de Depósitos Interfinanceiro - CDI	(37.849)	(4.769)
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	(243.222)	(154.014)
Letras Financeiras	(431.688)	(157.831)
Fundo Garantidor de Créditos - FGC	(3.373)	(4.891)
<b>Total</b>	<b>(716.132)</b>	<b>(321.505)</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

### 12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

#### a) Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Dez/2022		Dez/2021	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro Antes da Tributação	188.256	188.256	430.680	430.680
Alíquotas	25%	20%	25%	20%
<b>Despesa de Acordo com Alíquotas</b>	<b>(47.064)</b>	<b>(37.651)</b>	<b>(106.198)</b>	<b>(84.959)</b>
<b>Efeito de IR e CS sobre diferenças permanentes</b>				
Participações no lucro e resultado	9.747	7.798	7.519	6.015
Juros sobre capital próprio	17.313	13.851	32.061	25.649
Resultado de equivalência patrimonial	37.627	30.101	26.953	21.562
Outras adições/exclusões permanentes	(1.061)	(375)	(1.573)	(937)
<b>Total IR e CS Sobre Despesas Permanentes</b>	<b>63.626</b>	<b>51.375</b>	<b>64.960</b>	<b>52.289</b>
Incentivos Fiscais (i)	763	-	4.760	-
Ajuste de imposto corrente período anterior (ii)	-	-	82	-
Ajuste de majoração de CSLL (iii)	-	(232)	-	(6.441)
Adicional do imposto de renda	24	-	24	-
<b>Despesa de IR e CS no Período</b>	<b>17.349</b>	<b>13.492</b>	<b>(37.844)</b>	<b>(40.288)</b>
<b>Total</b>	<b>30.841</b>		<b>(78.132)</b>	

- (i) Do total dos incentivos fiscais, R\$ 326 (R\$ 1.540 em 31 de dezembro 2021) refere-se ao Programa de Alimentação do Trabalhador-PAT, conforme disciplinado pelo RIR/2018 em seus artigos 641 a 647, R\$ 250 (R\$ 1.431 em 31 de dezembro de 2021) referem-se a doações a projetos culturais, conforme Lei Rouanet (Lei 8.313, artigo 18º), R\$ 63 (R\$ 358 em 31 de dezembro de 2021) referem-se a doações ao fundo do esporte (Lei 11.438/2006, artigo 3º), R\$ 63 (R\$ 358 em 31 de dezembro de 2021) referem-se a doações ao fundo do Idoso (Lei 9.250/95 Art. 1º), e R\$ 63 (R\$ 358 em 31 de dezembro de 2021) referem-se a doações ao FUNCAD (Lei 9.250/95, artigo 1º).
- (ii) O ajuste é referente a reversão de reserva de valor de principal em processo judicial de anos anteriores.
- (iii) A Lei nº 14.446/22, impôs aumento de 1% na alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro a partir de agosto de 2022. Dessa forma, efetuamos o incremento de 1% sobre a apuração da CSLL do ano.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

### b) Composição do “Resultado de imposto de renda e contribuição social”

	Dez/2022		Dez/2021	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
IR e CS Correntes Devidos no Período	(12.780)	(10.665)	(59.402)	(59.521)
IR e CS Correntes do Período Anterior	-	-	82	-
<b>Constituição / Realização de Impostos Diferidos:</b>	<b>30.129</b>	<b>24.157</b>	<b>21.476</b>	<b>19.233</b>
Prejuízo Fiscal / Base Negativa	-	-	(1.810)	-
Provisão Para Operação de Crédito	30.711	24.569	25.840	20.672
Provisões Para Riscos Fiscais	5.748	4.599	154	123
Outras Adições Temporárias	(901)	(721)	367	294
Correção de Depósitos Judiciais	(5.362)	(4.290)	(2.320)	(1.856)
Superveniência de Depreciação	(67)	-	(755)	-
<b>Total</b>	<b>17.349</b>	<b>13.492</b>	<b>(37.844)</b>	<b>(40.288)</b>
	<b>30.841</b>		<b>(78.132)</b>	

### c) Origem dos ativos fiscais diferidos:

	Dez/2022		Dez/2021	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Prejuízo Fiscal e Base Negativa da CSLL	79.624	-	79.624	-
<b>Adições temporárias:</b>				
Provisão Para Perdas Esperadas				
Associadas ao Risco de Crédito	164.409	131.527	133.698	106.958
Provisão Para Riscos Fiscais	194.304	155.130	188.555	150.531
Insuficiência de Depreciação	4.705	-	4.773	-
Outras Adições Temporárias (i)	14.535	11.628	15.437	12.349
<b>Total de Créditos Tributários IRPJ e CSLL</b>	<b>457.577</b>	<b>298.285</b>	<b>422.087</b>	<b>269.838</b>
<b>Total de Créditos Tributários</b>	<b>755.862</b>		<b>691.925</b>	

(i) Referem-se substancialmente a adições temporárias sobre provisões para riscos cíveis e trabalhistas e pagamentos de PLR.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

- d) Realização/valor presente dos créditos tributários ativados de imposto de renda e contribuição social em 31 de dezembro de 2022

	IR		CS		Valor Contábil	Valor Presente
	Adições Temporárias	Prejuízo Fiscal	Adições Temporárias	Prejuízo Fiscal		
2023	59.821	-	47.826	-	107.647	94.719
2024	127.142	-	98.287	-	225.429	176.263
2025	90.950	-	72.140	-	163.090	114.147
2026	95.788	-	76.630	-	172.418	107.296
2027	345	4.521	276	-	5.142	2.837
2028	331	18.629	265	-	19.225	9.428
2029	481	19.934	385	-	20.800	9.052
2030	312	19.236	250	-	19.798	7.634
2031	241	17.304	193	-	17.738	6.067
2032	2.542	-	2.033	-	4.575	1.391
<b>Total</b>	<b>377.953</b>	<b>79.624</b>	<b>298.285</b>	<b>-</b>	<b>755.862</b>	<b>528.834</b>

O valor presente total dos créditos tributários é de R\$ 528.834 (R\$ 544.020 em 31 de dezembro 2021), calculado com base na taxa Selic projetada para os períodos de realização correspondentes, de acordo com a expectativa de realização dos referidos créditos, projeções orçamentárias do Banco e indicadores econômico-financeiros.

Os créditos tributários foram avaliados para fins de realização tomando-se em consideração a projeção de lucros tributáveis futuros.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

e) Movimentação dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas:

	Dez/2021	Constituições (Realizações) Líquidas	Dez/2022
<b>Créditos Tributários</b>			
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:			
Provisões Para Riscos Fiscais	339.086	10.347	349.433
Provisões Para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Sobre Insuficiência	240.656	55.280	295.936
Outras Adições Temporárias	4.774	(67)	4.707
<b>Total de Créditos Tributários Sobre Diferenças Temporárias</b>	<b>612.300</b>	<b>63.938</b>	<b>676.238</b>
Créditos de Prejuízo Fiscal	79.624	-	79.624
<b>Total de Créditos Tributários Sobre Diferenças Temporárias</b>	<b>79.624</b>	<b>-</b>	<b>79.624</b>
<b>Total de Créditos Tributários</b>	<b>691.924</b>	<b>63.938</b>	<b>755.862</b>
<b>Obrigações Fiscais Diferidas</b>			
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos Sobre:			
Total das Obrigações Fiscais Diferidas Sobre Diferenças Temporárias	(210.181)	(9.652)	(219.833)
<b>Total de Créditos Tributários Sobre Diferenças Temporárias (nota 14)</b>	<b>(210.181)</b>	<b>(9.652)</b>	<b>(219.833)</b>
<b>Total Líquido</b>	<b>481.744</b>	<b>54.286</b>	<b>536.029</b>
	Dez/2020	Constituições (Realizações) Líquidas	Dez/2021
<b>Créditos Tributários</b>			
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:			
Provisões Para Riscos Fiscais	338.809	277	339.086
Provisões Para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Sobre Insuficiência	194.144	46.512	240.656
Outras Adições Temporárias	5.529	(755)	4.774
<b>Total de Créditos Tributários Sobre Diferenças Temporárias</b>	<b>565.605</b>	<b>46.695</b>	<b>612.300</b>
Créditos de Prejuízo Fiscal	81.434	(1.810)	79.624
<b>Total de Créditos Tributários Sobre Diferenças Temporárias</b>	<b>81.434</b>	<b>(1.810)</b>	<b>79.624</b>
<b>Total de Créditos Tributários</b>	<b>647.039</b>	<b>44.885</b>	<b>691.924</b>
<b>Obrigações Fiscais Diferidas</b>			
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos Sobre:			
Total das Obrigações Fiscais Diferidas Sobre Diferenças Temporárias	(206.004)	(4.176)	(210.180)
<b>Total de Créditos Tributários Sobre Diferenças Temporárias (Nota 14)</b>	<b>(206.004)</b>	<b>(4.176)</b>	<b>(210.180)</b>
<b>Total Líquido</b>	<b>441.035</b>	<b>40.709</b>	<b>481.744</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

### 13. OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

	Dez/2022	Dez/2021
Valores a Repassar a Seguradoras	10.085	8.945
Credores Diversos - País	24.345	13.246
Valores a Pagar de Pessoal	50.356	41.518
Valor a Pagar de Sociedades Ligadas (nota 24e)	34.265	61.542
Valores a Pagar de Fornecedores Diversos	18.825	25.021
Obrigações por Operações de Venda e Transferência de Ativos de Crédito (nota 7i) (i)	392.331	326.008
<b>Total</b>	<b>530.207</b>	<b>476.280</b>
Passivo Circulante	247.007	432.660
Passivo Não Circulante	283.200	43.620
	530.207	476.280

(i) Refere-se ao passivo das cessões de crédito de operações de varejo no montante de R\$ 35.239 (R\$ 150.219 em 31 de dezembro de 2021) e FIDC no montante R\$ 357.092 (R\$ 175.789 em 31 de dezembro de 2021), conforme nota 7i.

### 14. OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS

	Dez/2022	Dez/2021 (Reapresentado)
Outros Impostos Indiretos a Pagar	18.751	15.777
Provisão Para Imposto Sobre o Lucro Corrente - IRPJ e CSLL	23.445	36.449
Provisão Para Imposto Diferido Sobre Atualização de Depósitos Judiciais (nota 12e)	219.833	210.181
<b>Total</b>	<b>262.029</b>	<b>262.407</b>
Passivo Circulante	42.196	52.226
Passivo Não Circulante	219.833	210.181
	262.029	262.407

### 15. PROVISÃO PARA RISCOS E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Composição de provisão para riscos e obrigações legais

	Dez/2022	Dez/2021
Provisões para Riscos Cíveis	13.788	17.379
Provisões para Riscos Fiscais	828.379	807.183
Provisões para Riscos Trabalhistas	14.300	20.184
<b>Total</b>	<b>856.467</b>	<b>844.746</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

### b) Movimentação de provisões para riscos e obrigações legais

	Dez/2022			
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo no Início do Período	807.183	20.184	17.379	844.746
Constituições (Reversões) Líquidas do Período	42.353	(5.884)	(3.591)	32.878
Valores Pagos no Período	(21.157)	-	-	(21.157)
Saldo no Final do Período	828.379	14.300	13.788	856.467

	Dez/2021			
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo no Início do Período	806.648	21.656	17.425	845.729
Constituições (Reversões) Líquidas do Período	7.157	920	5.042	13.119
Valores Pagos no Período	(6.622)	(2.392)	(5.088)	(14.102)
Saldo no Final do Período	807.183	20.184	17.379	844.746

#### Obrigações Legais

Obrigações Legais: CSLL - as principais teses em discussão são: (a) ação que discute os valores pagos a título de CSLL nos anos-base de 1992 a 1996 (novembro de 1996) por ser empresa não empregadora; (b) mandado de segurança impetrado para afastar a exigência da CSLL a partir de dezembro de 1996, por ser empresa não empregadora; (c) mandado de segurança impetrado para garantir o direito de recolher a CSLL nos anos-base 1994 e 1995 à alíquota de 10%, afastando com isso, a incidência de Emenda Constitucional de Revisão nº 01/94, que instituiu para as instituições financeiras e de arrendamento mercantil, alíquota diferenciada de 30%, o que fere o princípio da isonomia; e (d) mandado de segurança para assegurar ao Banco o direito de recolher a CSLL no ano-base 1996 à alíquota de 8%, afastando, dessa maneira, a incidência da Lei nº 9.246/95, a qual instituiu alíquota diferenciada de 18% para as instituições financeiras, o que fere o princípio da isonomia.

PIS/COFINS - as principais teses em discussão são: (a) mandado de segurança impetrado para afastar a exigência de PIS/COFINS por ser o Banco empresa não empregadora a partir de dezembro de 1996; (b) mandado de segurança impetrado para garantir ao Banco o direito de recolher o PIS/COFINS sobre a receita de serviços, afastando com isso, a base de cálculo imposta pela Lei nº 9.718/98, que equiparou o faturamento à totalidade das receitas auferidas.

#### Riscos trabalhistas

São ações movidas principalmente por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos. As ações são controladas individualmente e as provisões são constituídas com base na jurisprudência e no histórico de pagamentos realizados, inclusive nos acordos celebrados em ações trabalhistas e na fase processual de cada ação.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

### Riscos cíveis

São ações judiciais de caráter indenizatório ou revisional de cláusulas referentes à relação contratual, em que há probabilidade de desembolso financeiro. As ações são controladas individualmente e as indenizatórias são provisionadas de acordo com a avaliação de êxito/perda pelos assessores jurídicos, levando em consideração a situação de cada processo, bem como o entendimento do Poder Judiciário local em relação ao assunto em discussão. A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e dos depósitos judiciais envolvidos.

c) Resumo de passivos contingentes – causas classificadas como possíveis:

	Dez/2022		Dez/2021	
	Quantidade de Processos	Montante (R\$)	Quantidade de Processos	Montante (R\$)
Cíveis	840	19.724	951	22.848
Trabalhista	14	2.463	15	2.843
Fiscais	263	212.851	284	195.637
<b>Total</b>	<b>1.117</b>	<b>235.038</b>	<b>1.250</b>	<b>221.328</b>

## 16. RENDAS ANTECIPADAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Refere-se a recebimento antecipado de receita de campanha (equalização de taxa de juros) relativa às operações de crédito e arrendamento mercantil, no montante de R\$ 33.489 (R\$ 43.716 em 31 de dezembro de 2021), conforme nota 24e, as quais são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo contratual das respectivas operações na rubrica de “Receitas com Operações de Crédito” no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram reconhecidos resultados de R\$ 133.002 (R\$ 99.846 em 31 de dezembro de 2021).

## 17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social está representado por 1.141.401 (mesma quantidade em 31 de dezembro de 2021), expresso no montante de R\$ 2.416.479 (R\$ 2.416.479 em 31 de dezembro de 2021), sendo R\$ 2.416.470 de domiciliados no país (R\$ 2.416.470 em 31 de dezembro de 2021) e R\$ 9 de domiciliados no exterior (R\$ 9 em 31 de dezembro de 2021).

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

### b) Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio

No exercício de 2022 foram pagos R\$ 124.170 a título de juros sobre capital próprio, sendo o montante de R\$ 54.917 referente ao segundo semestre de 2021 e R\$ 69.253 ao segundo semestre de 2022. Não foram distribuídos dividendos no exercício de 2022 (R\$ 111.834 de dividendos distribuídos no exercício de 2021, devidamente deliberados e aprovados pela Administração, dentro do limite permitido pelo Banco Central).

### c) Reservas de Lucros

A reserva legal é constituída a 5% do lucro do exercício, deixando tal destinação de ser obrigatória assim que a referida reserva atingir 20% do capital social realizado ou 30% do total das reservas de capital e legal. O saldo de reservas de lucros em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 362.860 (R\$ 252.005 em 31 de dezembro de 2021).

## 18. RENDAS COM OPERAÇÃO DE CRÉDITO

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, foram reconhecidas, no resultado, receitas de operações de crédito, conforme demonstrado:

	Dez/2022	Dez/2021 (Reapresentado)
Rendas de Empréstimos	5.786	6.255
Rendas de Financiamentos	1.250.896	1.199.312
<b>Total</b>	<b>1.256.682</b>	<b>1.205.567</b>

## 19. DESPESA DE PESSOAL

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, foram reconhecidas "Despesas com Pessoal", conforme demonstrado:

	Dez/2022	Dez/2021 (Reapresentado)
Despesas com Proventos	(90.664)	(82.636)
Despesas com Encargos Sociais	(36.432)	(32.502)
Despesas de Benefícios	(30.110)	(26.792)
Outras Despesas de Pessoal	(425)	(190)
<b>Total</b>	<b>(157.631)</b>	<b>(142.120)</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

### 20. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

A rubrica “Outras despesas administrativas” apresentava a seguinte composição nos períodos:

	Dez/2022	Dez/2021 (Reapresentado)
<b>Recorrente</b>	<b>(289.271)</b>	<b>(263.269)</b>
Comissões Pagas às Concessionárias	(128.250)	(122.865)
Serviços Técnicos Especializados	(37.511)	(34.712)
Sistemas de Processamento de Dados	(24.885)	(22.339)
Serviços de Terceiros	(23.050)	(18.974)
Despesas com Sistema Financeiro	(22.302)	(26.538)
Despesas Tributárias Administrativas	(5.423)	(1.986)
Outras	(16.701)	(9.602)
Propaganda e Publicidade	(20.824)	(13.677)
Amortizações e Depreciações	(4.557)	(4.471)
Sistemas de Comunicação	(3.526)	(3.895)
Emolumentos cartorários	(830)	(3.215)
Seguros	(1.412)	(995)
<b>Total</b>	<b>(289.271)</b>	<b>(263.269)</b>

### 21. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

A rubrica “Outras receitas operacionais” apresentava a seguinte composição nos períodos:

	Dez/2022	Dez/2021 (Reapresentado)
<b>Recorrente</b>	<b>206.272</b>	<b>132.271</b>
Recuperação de Créditos Baixados Como Prejuízo	62.800	54.868
Receita de Atualização Monetária de Depósitos Judiciais e Impostos a Compensar	53.817	19.285
Reversão de Provisão Fiscal	21.811	15.044
Recuperação de Despesas	33.387	27.876
Reversão de Provisão para Contingências Cíveis e Trabalhistas	11.986	6.519
Resultado na Venda de Bens Não de Uso Próprio	12.599	7.881
Reversão de Provisão Operacional	6.198	798
Outras Receitas Operacionais	3.674	-
<b>Total</b>	<b>206.272</b>	<b>132.271</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

### 22. DESPESA COM PROVISÕES E OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

As rubricas “Outras despesas operacionais” e “Despesas com Provisões” apresentam a seguinte composição:

	Dez/2022	Dez/2021 (Reapresentado)
<u>Recorrente</u>	<u>(98.654)</u>	<u>(67.347)</u>
Atualizações Monetárias de Contingências Fiscais	(19.360)	(14.908)
Despesa com Provisões Fiscais	(44.804)	(15.663)
Juros e Multas	(211)	(79)
Juros e Cobrança	(22.611)	(17.073)
Despesa com Indenizações	(7.308)	(5.717)
Provisões Cíveis e Trabalhistas	(2.511)	(5.001)
Incentivos Culturais	(438)	(3.220)
Outras Despesas Operacionais	(1.411)	(5.686)
<u>Total</u>	<u>(98.654)</u>	<u>(67.347)</u>

### 23. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

A rubrica “Despesas Tributárias” apresenta a seguinte composição:

	Dez/2022	Dez/2021 (Reapresentado)
<u>COFINS</u>	<u>(23.147)</u>	<u>(30.595)</u>
ISS	(5.496)	(4.647)
PIS	(3.762)	(4.972)
<u>Total</u>	<u>(32.405)</u>	<u>(40.214)</u>

### 24. PARTES RELACIONADAS

#### a) Remuneração da Administração

Na assembleia geral, realizada anualmente no mês de dezembro, são validadas as premissas da remuneração à diretoria, conforme política do grupo Chevrolet Serviços Financeiros.

#### b) Benefícios de Curto Prazo

<u>Salários e Honorários da Diretoria Executiva</u>	<u>Dez/2022</u>	<u>Dez/2021</u>
Remuneração Fixa	3.013	2.658
Remuneração Variável	3.277	2.509
<u>Total</u>	<u>6.290</u>	<u>5.167</u>

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

### c) Rescisão do Contrato

Os contratos possuem prazo indeterminado. A extinção da relação contratual, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.

### d) Outras Informações – Operações de Crédito

Conforme a Resolução CMN nº 4.693/18, instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil podem realizar operações de crédito com partes relacionadas, desde que observadas as seguintes condições:

- As operações de crédito com partes relacionadas somente podem ser realizadas em condições compatíveis com as de mercado sem benefícios adicionais ou diferenciados comparativamente às operações deferidas aos demais clientes de mesmo perfil das respectivas instituições; e

- O somatório dos saldos das operações de crédito contratadas não deve ser superior a 10% (dez por cento) do valor relativo ao patrimônio líquido ajustado, observados os seguintes limites máximos individuais:

- 1% (um por cento) para a contratação com pessoa natural; e
- 5% (cinco por cento) para a contratação com pessoa jurídica.

### e) Transações com Partes Relacionadas

As posições patrimoniais e de resultado auferidas em operações com partes relacionadas nos períodos, podem ser resumidos como segue:

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Dez/2022		Dez/2021	
	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)
<b>Partes Relacionadas</b>				
General Motors do Brasil Ltda.				
Outros Créditos (nota 8)	18.521	-	11.393	-
Rendas de Prestação de Serviços	-	15.641	-	15.827
Outras Obrigações Diversas (nota 13)	(34.265)	-	(6.625)	-
Resultado de Rendas Antecipadas (nota 16)	(33.489)	133.002	(43.716)	99.846
GMF Serviços de Mobilidade Ltda.				
Outros Créditos (nota 8)	91	-	84	-
Captações em Depósitos a Prazo	(44.637)	(5.127)	(42.911)	(1.826)
Rendas de Prestação de Serviços	-	1.008	-	838
GM Corretora de Seguros de Consórcio Ltda.				
Captações em Depósitos a Prazo	(7.190)	(38)	-	-
<b>Empresas Controladas</b>				
GMAC Administradora de Consórcio Ltda.				
Outros Créditos (nota 8)	4.058	-	3.787	-
Captações em Depósitos a Prazo	(666.369)	(47.471)	(618.485)	(37.536)
Rendas de Prestação de Serviços	-	44.477	-	37.288
GMACI - Corretora de Seguros Ltda.				
Outros Créditos (nota 8)	1.107	-	1.029	-
Captações em Depósitos a Prazo	(28.155)	(18.853)	(230.428)	(9.101)
Rendas de Prestação de Serviços	-	12.297	-	10.310
<b>Empresas Controladoras</b>				
General Motors Financial Inc.				
Outros Créditos (nota 8)	2.643	-	2.483	-
Rendas de Prestação de Serviços	-	9.162	-	8.035
General Motors Holdings Participações Ltda.				
Outros Créditos (nota 8)	71	-	66	-
Captações em Depósitos a Prazo	(10.238)	(517)	(11.205)	(371)
Rendas de Prestação de Serviços	-	785	-	659
Juros Sobre Capital Próprio (nota 13)	-	-	(54.917)	-

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

### 25. GERENCIAMENTO DE RISCO

- (a) Em consonância com a regulamentação vigente, as práticas adotadas no mercado, e as recomendações do comitê da Basileia, a Instituição, para suportar o adequado gerenciamento de seus riscos, adota as seguintes práticas:
- (i) Departamento de Riscos Corporativos – foi criado departamento específico responsável pela gestão dos riscos de mercado e IRRBB (*Interest Rate Risk in the Banking Book*), liquidez, operacional, social, ambiental, climático, cibernético, estratégico, reputacional e gestão de capital da Chevrolet Serviços Financeiros. Além disso, o departamento também tem a responsabilidade de monitorar e reportar ao CRO uma visão consolidada dos riscos, recebendo, analisando e apurando informações a respeito dos riscos de crédito (Atacado e Varejo), de conformidade, legal, e continuidade de negócios, criando uma visão integrada para adequada gestão de riscos e capital pelo CRO, com o objetivo de alcançar equilíbrio adequado entre risco e retorno, diminuindo os riscos desnecessários e protegendo os retornos financeiros da empresa. Além disto, a área atua assegurando a adequação e monitoramento dos indicadores estabelecidos na Declaração de Apetite a Riscos (*Risk Appetite Statement – RAS*), suprindo e reportando ao CRO;
  - (ii) Risco de Crédito - consiste na possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos acordados em contratos. Visando a sua mitigação e controle, e em conformidade com a Resolução nº 4.557/17 do CMN, a Instituição estabeleceu a diretoria de riscos como a responsável pela sua gestão, e as áreas de risco de crédito (Atacado e Varejo), como responsáveis por monitorar os indicadores de crédito para, caso haja necessidade, estabelecer correções imediatas segundo o planejamento, estratégia e o apetite a riscos adotados pela organização;
  - (iii) Risco Operacional - em conformidade com a Resolução nº 4.557/17 do CMN, a Instituição estabeleceu a diretoria de riscos como a responsável pela gestão do risco operacional, e a área de Riscos Corporativos como a responsável por avaliar os processos e controles internos, monitorar os indicadores de risco operacional (*KRIs*), fomentar discussões sobre os eventos de riscos operacionais ocorridos e/ou potenciais e estabelecer planos de ação, conforme o planejamento e estratégia adotados pela organização;
  - (iv) Risco de Mercado e IRRBB - em conformidade com a Resolução nº 4.557/17 do CMN, a Instituição estabeleceu a diretoria de riscos como a responsável pela gestão do risco de mercado, e a área de Riscos Corporativos, como a responsável por monitorar e avaliar o nível de exposição a risco das carteiras de negociação e bancária, incluindo acompanhamento do IRRBB (*Interest Rate Risk of the Banking Book*), mensurando o impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira. As avaliações são realizadas com o objetivo de manter o risco de mercado da Chevrolet Serviços Financeiros em níveis compatíveis com a sua estrutura, estratégia, e apetite a riscos;

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

- (v) Risco de Liquidez - em conformidade com a Resolução nº 4.557/17 do CMN, a Instituição estabeleceu a diretoria de riscos como a responsável pela gestão do risco de liquidez, e a área de Riscos Corporativos como a responsável por realizar o monitoramento e o controle independente de indicadores como o TRF (*Time to Require Funding*), Descasamento de Taxas e Moedas, LCR, Caixa Mínimo e Concentração de *Funding*, conforme os limites estabelecidos de forma adequada para financiar suas atividades de forma prudente e eficaz em termos de custos e gerenciamento do risco;
- (vi) Gerenciamento de Capital - De acordo com a Resolução nº 4.557/17 do CMN, define-se o gerenciamento de capital como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita, e o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição. A política relacionada à Gestão de Capital da Chevrolet Serviços Financeiros estabelece as regras definidas e aprovadas pelo Comitê Executivo e abrange os seguintes pontos: papéis e responsabilidades, métricas da gestão de capital, regras de cálculo do capital, limites operacionais, planos de contingência e monitoramento contínuo. A Chevrolet Serviços Financeiros busca manter o capital em níveis adequados de acordo com sua estratégia, de forma que haja uma margem prudente em relação ao patamar mínimo estabelecido pelo regulador local, sem comprometer os resultados do negócio;
- (vii) Risco Social - De acordo com a Resolução nº 4.943/21 do CMN, o risco é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados à violação de direitos e garantias fundamentais ou a atos lesivos à interesse comum;
- (viii) Risco Ambiental - De acordo com a Resolução nº 4.943/21 do CMN, o risco é descrito como a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados à degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo de recursos naturais;
- (ix) Risco Climático - De acordo com a Resolução nº 4.943/21 do CMN, o risco é definido em duas vertentes:
- Risco Climático de Transição: Possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados ao processo de transição para uma economia de baixo carbono, em que a emissão de gases do efeito estufa é reduzida ou compensada e os mecanismos naturais de captura desses gases são preservados; e
  - Risco Climático Físico: Possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados a intempéries frequentes e severas ou a alterações ambientais de longo prazo, que possam ser relacionadas à mudanças em padrões climáticos.

A Chevrolet Serviços Financeiros construiu uma Política de Responsabilidade Social, ambiental e climática, monitorada, atualizada e posta em prática pela área de Riscos Corporativos, visando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos social, ambiental e climático, presentes nas atividades e nas operações. Essa estrutura prevê estratégias, limites e procedimentos destinados a manter a exposição a tais riscos em conformidade com os níveis fixados na RAS;

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

- (x) Risco de Conformidade - O risco de sanções legais ou regulatórias, perdas financeiras ou danos à reputação resultantes da falha em cumprir: (i) leis e regulamentos; (ii) regras, códigos de conduta ou padrões/normas de organizações autorreguladoras às quais a Chevrolet Serviços Financeiros está sujeita ou das quais é membro; e (iii) políticas e procedimentos internos. Buscando o alinhamento entre as melhores práticas no que tange o gerenciamento de riscos ao perfil de negócio, às características da Instituição, e ao ambiente regulatório, a área de Compliance da Chevrolet Serviços Financeiros gerencia este risco de conformidade de forma estruturada, apoiada em normas e procedimentos corporativos, além de programas de conformidade, visando primariamente garantir que todas as regras aplicáveis estão sendo atendidas;
- (xi) Risco Legal - O risco legal é associado à incorreta interpretação, aplicação e/ou não cumprimento dos dispositivos legais, regulamentações, acordos e preceitos éticos nas práticas das empresas, bem como à inadequação ou deficiência em seus contratos, podendo ter como consequências, incluindo, mas não se limitando a, sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais, diminuição do valor dos ativos, contingências maiores do que as esperadas e indenizações por danos a terceiros. A Chevrolet Serviços Financeiros através de seu departamento Jurídico, atua de forma ativa para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o risco legal inerente ao seu negócio;
- (xii) Risco Estratégico - O risco de estratégia é definido como a possibilidade de perda decorrente da utilização de uma estratégia, premissas ou política de negócios inadequada ou de falta desta, incluindo a ausência ou execução equivocada de resposta a alterações de mercado e a fatores externos. A Chevrolet Serviços Financeiros possui um processo regular, completo e consistente de planejamento estratégico, visando a projeção, acompanhamento e gestão de todos os indicadores estrategicamente relevantes para o seu negócio, de forma a subsidiar robustamente a tomada de decisão pela gestão;
- (xiii) Risco Reputacional - O risco reputacional é definido como a ocorrência ou possibilidade de exposição negativa que impacte a percepção daqueles com os quais se relaciona, incluindo clientes, investidores, agências de rating, colaboradores e órgãos reguladores, em relação às práticas de negócio, conduta ou condição financeira da Instituição. A gestão do risco reputacional na Chevrolet Serviços Financeiros é realizada a partir de processos contidos em diversas áreas da Instituição, os quais têm como objetivo mitigar a ocorrência de eventos que afetem a reputação, bem como atuar no controle e minimização da disseminação desses impactos;
- (xiv) Risco Cibernético - O risco cibernético é definido como o risco de ocorrerem eventos e perdas relacionados a dependências tecnológicas, e à interconexão entre sistemas, processos e instituições, vulneráveis a falhas ou ataques cibernéticos cujos efeitos podem ter proporções sistêmicas. A Chevrolet Serviços Financeiros mantém sólidas práticas de segurança cibernética no ambiente de negócios, contando com estruturas locais e globais dedicadas ao monitoramento contínuo, atualização e execução das melhores práticas, ferramentas e processos, visando mitigar este risco e garantir a gestão segura de informações e a proteção de dados de clientes e fornecedores.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

- (xv) Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) - A Avaliação de Riscos na Continuidade dos Negócios é o processo de avaliar ameaças e vulnerabilidades de ativos, estimando potenciais perdas ou danos a eles atrelados, além das respectivas respostas a situações de interrupção ou indisponibilidade prolongada de infraestrutura ou de operação das áreas de negócio da Chevrolet Serviços Financeiro, buscando evitar o estabelecimento de cenários de crise. Assim, fornece uma estrutura para o gerenciamento de riscos em termos de probabilidade e magnitude do impacto.

### 26. ÍNDICE DE BASILEIA

De acordo com as Resoluções do Conselho Monetário Nacional - CMN, o Banco Central do Brasil - BACEN instituiu a obrigatoriedade de manutenção de valor de patrimônio líquido ajustado, compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, cujo cálculo em 31 de dezembro de 2022 foi de 34,20% (37,64% em 31 de dezembro de 2021).

	Dez/2022	Dez/2021
PR - Patrimônio de Referência	2.691.709	2.638.412
Capital Social, Reavaliações e Reservas de Lucro	2.779.338	2.742.441
Ajuste Prudencial	(87.629)	(104.029)
<b>Ativos Ponderados Pelos Riscos (RWA)</b>	<b>7.870.919</b>	<b>7.008.707</b>
Risco de Crédito (RWACpad)	7.318.431	6.376.770
Privado Bancário	6.293.289	5.307.822
Privado Não Bancário	273.945	378.565
Público Não Bancário	751.197	690.383
Risco Operacional (RWAOpad)	552.488	631.937
PR Mínimo Obrigatório para RWA	629.674	560.697
Margem sobre o PR mínimo requerido sem RBAN	2.062.035	2.077.715
Capital para cobertura de risco de taxa de juros da carteira bancária	142.620	13.849
Margem sobre o PR mínimo requerido com RBAN	1.919.415	2.063.866
Adicional de Conservação de Capital	196.773	140.174
<b>Índice de Basileia</b>	<b>34,20%</b>	<b>37,64%</b>

### 27. OUTROS ASSUNTOS

#### Peac-FGI e Letras Financeiras Garantidas

O Banco GM, de forma conservadora, participou dos programas como Peac-FGI e Letras Financeiras Garantidas, dentre outras iniciativas para o desenvolvimento de produtos que fomentem o negócio e facilitem o acesso dos clientes ao crédito de forma consciente. Em dezembro de 2022 houve a liquidação integral das Letras Financeiras Garantidas, não restando saldo dessa linha de captação em seu balanço.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

### Contingência passiva remota - Dedutibilidade de ágio

Conforme determina o CPC 25, não há obrigatoriedade de constituição de provisão, tão pouco de divulgação de contingências passivas classificadas como remotas, ainda assim, estamos realizando a divulgação, por boas práticas e transparência, que o Banco discute judicialmente a glosa da dedutibilidade de ágio gerado em operação societária ocorrida em 2004 e deduzida nas bases de IRPJ e CSLL nos anos de 2005 a 2009 e 2012, no valor de R\$ 433.899, cuja expectativa de perda dada ao caso por seus assessores legais é remota.

### Majoração de alíquota de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

Em 28 de abril de 2022, através da Medida Provisória nº 1.115/22, foi alterado o parágrafo único do Art. 3º da Lei Federal nº 7.689/88 que trata sobre a alíquota de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, majorando-a de 20% para 21% para os bancos e de 15% para 16% para demais entidades do setor financeiro. A alteração tem vigência até o final do ano de 2022, retornando ao patamar anterior a partir de 01 de janeiro de 2023.

### Resolução CMN Nº 4.966, de 25 de novembro de 2021

Em vista de coadunar as práticas contábeis das instituições financeiras brasileiras ao IFRS 9, o Banco Central do Brasil emitiu em 2021 nova diretrizes de reconhecimento, mensuração, liquidação e classificação de instrumentos financeiros, tendo como vigência em 1º de janeiro de 2025.

Para adoção à regra aludida o Banco iniciou o estudo interno para identificar todos os impactos qualitativos potencialmente gerados, revisitando individualmente todos os instrumentos financeiros enquadrados, e realizando o mapeamento sistêmico dos sistêmicas provenientes de informações potencialmente alteradas.

A conclusão é de que serão necessárias mudanças sistêmicas por consideração de novos cálculos de taxas de juros, cálculo de Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa e novos controles para atendimento ao fisco e ao órgão regulador.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

